

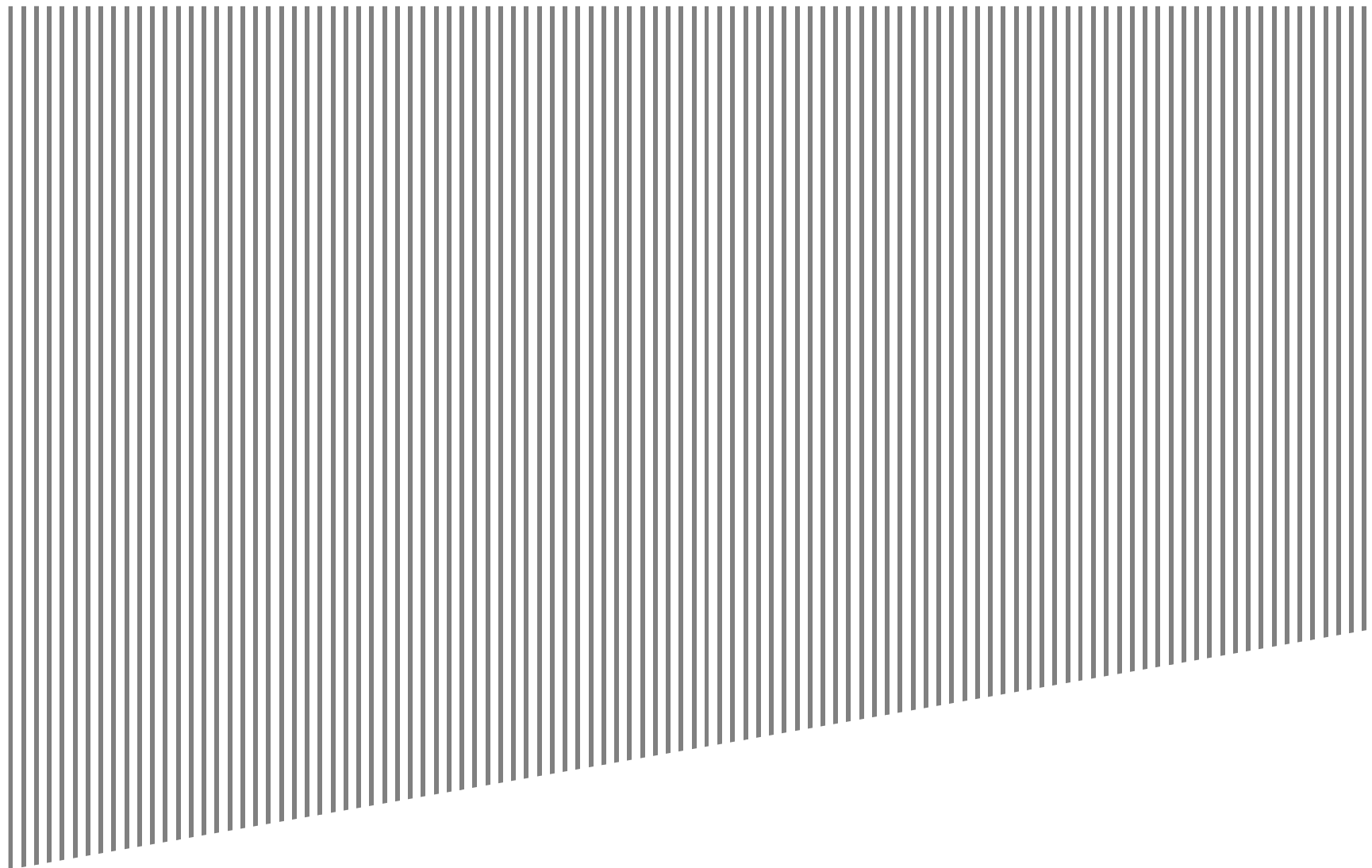


ETU Expandir Transportes Urbano Ltda.

Sumário executivo do diagnóstico das práticas
contábeis

2014

Diagnóstico das práticas contábeis



Quadro resumo do diagnóstico das práticas contábeis

Apresentamos abaixo o resumo do volume de itens identificados por tópicos, sendo que os comentários detalhados estão apresentados nas páginas subsequentes:

Descrição	Quantidade de itens
Ausência de divulgação	4
Fragilidade nos procedimentos contábeis	12
Ausência de documentação	8
Ausência de conciliação	1

Comentários gerais:

- ▶ As divulgações em notas explicativas de forma mais detalhada, além de ser uma exigência requerida nos pronunciamentos técnicos contábeis, auxilia terceiros em suas análises.
- ▶ As deficiências nas análises e/ou conciliações de contas contábeis podem ocasionar em divergências, bem como, apresentações inadequadas das demonstrações contábeis.
- ▶ É necessário que as contas contábeis patrimoniais estejam devidamente suportadas por conciliações e/ou composições de forma a comprovarem os respectivos saldos, podendo estas, ser objeto de análise em uma eventual fiscalização por órgãos reguladores.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de divulgação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Divulgação de informações nas demonstrações contábeis	Ausência de divulgação dos objetivos e das políticas para gestão de risco financeiro.	A ausência de divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis gera demonstrações contábeis incompletas.	É necessário maior divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis, mais especificamente pelo Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 11.40.
Divulgação de informações nas demonstrações contábeis	Ausência de divulgação da data e de quem autorizou a emissão das demonstrações contábeis.	A ausência de divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis gera demonstrações contábeis incompletas.	A Empresa deve divulgar a data em que foi concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e quem forneceu tal autorização, atendendo ao requerido no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 32.9.
Partes relacionadas	<p>A Empresa possui o montante, em 31 de dezembro de 2012, de R\$534.507 referente a contas a receber de partes relacionadas.</p> <p>Ausência de divulgação da remuneração do pessoal-chave da Administração.</p>	A ausência de divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis gera demonstrações contábeis incompletas.	Divulgar as informações de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, itens 33.5 a 33.14.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de divulgação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Imobilizado	Ausência de divulgação das informações requeridas de acordo com as normas contábeis, como por exemplo: taxa de depreciação, bens restritos, valor capitalizado de juros, perdas por redução ao valor recuperável, entre outras.	A ausência de divulgação das informações requeridas pelas normas contábeis gera demonstrações contábeis incompletas.	É necessário maior divulgação sobre as operações do ativo imobilizado, atendendo às divulgações requeridas pelo Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, itens 17.31 e 17.32.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Caixa e equivalentes de caixa	A Empresa não possui critérios para analisar a classificação de seus recursos financeiros em caixa e equivalentes de caixa.	A ausência de política referente à classificação de caixa e equivalentes de caixa pode ocasionar apresentação inadequada de caixa e equivalentes de caixa, causando distorções na análise do fluxo de caixa e nas demonstrações contábeis.	Criar procedimentos de análise para o reconhecimento de caixa e equivalentes de caixa, conforme Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 7.2.
Contas a receber	Existem operações de impostos a recuperar classificados no grupo de contas a receber, como por exemplo: IR a compensar. Tributos e impostos passíveis de compensação devem ser classificados em conta específica.	A divulgação de impostos a recuperar no grupo de contas de contas a receber pode ocasionar distorções nas demonstrações contábeis.	Reavaliar a classificação das contas nas demonstrações contábeis a fim de demonstrá-las de acordo com sua natureza.
Estoque	Existem peças de reposição, cuja expectativa de utilização pela Administração é de mais de um exercício social, classificadas no grupo de contas dos estoques, como por exemplo: motores, pneus e peças de veículos. De acordo com a norma contábil, peças de reposição desta natureza devem ser classificadas como ativo imobilizado.	A ausência de classificação de bens como ativo fixo pode ocasionar a ausência de depreciação e, dessa forma, superavaliar o resultado do exercício. A classificação de peças de reposição, cuja expectativa de utilização é de mais de um exercício social, no grupo de contas de estoque pode ocasionar distorções nas demonstrações contábeis.	As peças de reposição que a Empresa espera utilizar por mais de um período devem ser reclassificadas para o ativo imobilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 17.5.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Tributos a recuperar	A Empresa possui créditos tributários que não estão sendo atualizados monetariamente.	A ausência de atualização monetária pode ocasionar subavaliação dos ativos e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.	A atualização monetária deve ser reconhecida na contabilidade pelo regime de competência de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 2.36.
Outros valores realizáveis	<p>O balanço patrimonial apresenta o montante de R\$1.459.903 em 31 de dezembro de 2012 referente a depósitos judiciais classificados no ativo circulante.</p> <p>Vale ressaltar que não há prazo definido para recebimento do referido crédito e que não há expectativa, pela Empresa, de recebimento nos próximos 12 meses.</p> <p>De acordo com a norma contábil, a classificação de ativo circulante de ser realizada quando a Empresa espera realizar o ativo no período de até 12 meses após a data das demonstrações contábeis.</p>	A classificação de outros valores realizáveis cuja expectativa de recebimento excede 12 meses como ativo circulante está em desacordo com as normas contábeis, ocasionando apresentação inadequada das demonstrações contábeis.	Recomendamos que a Empresa verifique o critério de segregação de ativo circulante e não circulante em linha com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 4.4.
Depósito judicial	A Empresa possui depósitos judiciais referentes a processos em andamento que não vêm sendo atualizados monetariamente.	A ausência de atualização monetária pode ocasionar subavaliação dos ativos e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.	A atualização monetária deve ser reconhecida na contabilidade pelo regime de competência de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 2.36.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações						
Depósito judicial	<p>A Empresa registrou depósitos judiciais como ativo circulante, no montante de R\$1.459.903, em 31 de dezembro de 2012.</p> <p>De acordo com a norma contábil, a classificação de circulante deve ser realizada, quando a Empresa espera realizar o ativo no período de até 12 meses após a data das demonstrações contábeis.</p> <p>Tendo em vista a não expectativa da Empresa em não realizar esses depósitos judiciais nos próximos 12 meses, esse montante de ser classificado como um ativo não circulante.</p>	<p>A classificação de depósitos judiciais com a expectativa de realização exceder 12 meses como ativo circulante está em desacordo com as normas contábeis, ocasionando apresentação inadequada nas demonstrações contábeis.</p>	<p>Recomendamos que a Empresa analise o critério de segregação de ativo circulante e não circulante em linha com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 4, item 4.5.</p>						
Despesas antecipadas	<p>A Empresa registrou como despesas antecipadas os títulos de parcelamentos de acordos judiciais firmados.</p> <p>De acordo com a norma contábil, estes valores não se enquadram na definição de ativo, uma vez que não espera que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade. A seguir demonstramos o saldo, em 31 de dezembro de 2012::</p> <table> <tr> <td>Descrição</td> <td>R\$</td> </tr> <tr> <td>Desp. c/ procs. trab. a apropria</td> <td>221.100</td> </tr> <tr> <td>Desp. c/ prej. delnd. tercs.</td> <td>611.620</td> </tr> </table>	Descrição	R\$	Desp. c/ procs. trab. a apropria	221.100	Desp. c/ prej. delnd. tercs.	611.620	<p>Possível contabilização e divulgação contábil em desacordo com as normas contábeis.</p>	<p>Recomendamos que a Empresa verifique critério de registo de itens no ativo conforme o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 2.15.</p>
Descrição	R\$								
Desp. c/ procs. trab. a apropria	221.100								
Desp. c/ prej. delnd. tercs.	611.620								

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Imobilizado	Ausência de realização da análise de redução ao valor recuperável dos bens do imobilizado e intangível.	A ausência da análise de redução ao valor recuperável pode ocasionar ativos registrados com saldos acima de seu valor recuperável.	Elaborar anualmente documentação suporte para análise de indicativo de redução ao valor recuperável, a fim de que o saldo contábil não seja superior ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 27.1.
Imobilizado	A Empresa não apresentou estudo técnico para estimar a vida útil e o valor residual dos bens constantes do seu ativo imobilizado a fim de atendimento da norma contábil.	A ausência das análises de vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado pode ocasionar utilização de taxas de depreciação não condizentes com a vida econômica do bem, bem como a depreciação e valores residuais.	Elaborar anualmente documentação suporte para respaldar a prática adotada na estimativa da vida útil do bem e valor residual conforme Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 17.18.
Parcelamento de tributos (obrigações tributárias e sociais)	<p>A Empresa registrou o saldo total do parcelamento tributário do REFIS, INSS e FGTS no passivo não circulante.</p> <p>De acordo com a norma contábil, a classificação no passivo não circulante deve ser realizada quando a Empresa espera liquidar o passivo no período superior a 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Tendo em vista a natureza da operação, há parcelas cuja liquidação ocorrerá nos meses seguintes a data das demonstrações contábeis.</p>	A classificação em desacordo com as normas contábeis, ocasionando apresentação inadequada nas demonstrações contábeis.	A Empresa deve classificar o saldo contábil do parcelamento tributário entre passivo circulante e não circulante, de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, itens 4.7 e 4.8.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Fragilidades nos procedimentos contábeis

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Receita bruta na demonstração do resultado	<p>A Empresa apresentou, na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a receita bruta, os impostos incidentes sobre a receita e a receita líquida.</p> <p>Para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Empresa quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviço não são benefícios econômicos que fluam para a Empresa e não resultam em aumento do patrimônio líquido. E, portanto, devem ser excluídos da receita.</p>	<p>A apresentação da demonstração da receita bruta e respectivos impostos na demonstração do resultado ocasiona divulgação das demonstrações contábeis em desacordo com a norma contábil.</p>	<p>A Empresa deve apresentar na demonstração do resultado o valor da receita líquida dos tributos sobre venda, de acordo com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 23.4.</p> <p>Adicionalmente, a Empresa deve apresentar a abertura da receita em nota explicativa específica.</p>

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de documentação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Caixa	<p>A Empresa não apresentou o boletim de caixa na data base de dezembro de 2012.</p> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	A ausência de documento suporte e conciliação pode ocasionar divergências no montante registrado pela Empresa e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.	A Empresa deve elaborar periodicamente as composições e conciliações das contas contábeis e suportá-las com documentação hábil e idônea, de forma que estas suportem as demonstrações contábeis.
Caixa e equivalentes de Caixa	<p>A Empresa não apresentou os extratos bancários das contas bancárias: Itaú/Unibanco - S/A e Bradesco S/A, em 31 de dezembro de 2012.. Também não foram apresentados os extratos do período subsequente.</p> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	A ausência de documento suporte e conciliação pode ocasionar divergências no montante registrado pela Empresa e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.	A Empresa deve elaborar periodicamente as composições e conciliações das contas contábeis e suportá-las com documentação hábil e idônea, de forma que estas suportem as demonstrações contábeis.
Contas a receber	Inexistência de relatório de títulos vencidos para avaliação da necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.	Provisões para crédito de liquidação duvidosa não constituída ou constituída em montante insuficiente para cobrir possíveis perdas com não recebimentos.	Elaborar análise e adotar um critério que a Empresa entenda ser suficiente para fazer frente às possíveis perdas com valores a receber, com levantamentos dos créditos pendentes há longa data ou considerados como de alto risco, em atendimento ao disposto no Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, item 2.49.

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de documentação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações						
Estoque	<p>Não foram apresentados o relatório de movimentação dos estoques (ficha Kardex) e a nota fiscal selecionada para teste de valorização.</p> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	<p>A ausência de documento suporte e conciliação pode ocasionar divergências no montante registrado pela Empresa e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.</p>	<p>A Empresa deve elaborar periodicamente as composições e conciliações das contas contábeis e suportá-las com documentação hábil e idônea, de forma que estas suportem as demonstrações contábeis.</p>						
Transações entre partes relacionadas	<p>Não foi apresentada a documentação suporte das operações em aberto com partes relacionadas, no montante de R\$ 534.507, registrado no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2012.</p> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	<p>A ausência de documento suporte e conciliação pode ocasionar divergências no montante registrado pela Empresa e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.</p>	<p>A Empresa deve elaborar periodicamente as composições e conciliações das contas contábeis e suportá-las com documentação hábil e idônea, de forma que estas suportem as demonstrações contábeis.</p>						
Outras obrigações	<p>Não foi apresentado documento suporte para os saldos das contas contábeis listadas abaixo, em 31 de dezembro de 2012:</p> <table> <tr> <td><u>Descrição</u></td> <td><u>R\$</u></td> </tr> <tr> <td>Diversos</td> <td>221.100</td> </tr> <tr> <td>Prej. com indenizações</td> <td>525.900</td> </tr> </table> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>	Diversos	221.100	Prej. com indenizações	525.900	<p>A ausência de documento suporte e conciliação pode ocasionar divergências no montante registrado pela Empresa e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.</p>	<p>A Empresa deve elaborar periodicamente as composições e conciliações das contas contábeis e suportá-las com documentação hábil e idônea, de forma que estas suportem as demonstrações contábeis.</p>
<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>								
Diversos	221.100								
Prej. com indenizações	525.900								

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de documentação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Impostos taxas e contribuições	<p>A Empresa não apresentou a documentação suporte da operação com o parcelamento de tributo em aberto, no montante de R\$952.959, registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2012.</p> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	<p>A ausência de documento suporte e conciliação pode ocasionar divergências no montante registrado pela Empresa e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.</p>	<p>A Empresa deve elaborar periodicamente as composições e conciliações das contas contábeis e suportá-las com documentação hábil e idônea, de forma que estas suportem as demonstrações contábeis.</p>
Provisão para perda de demanda judicial e depósito judicial	<p>A Empresa apresentou a composição analítica por processo em aberto sem a classificação por probabilidade de perda, valor em risco, depósitos judiciais associados.</p> <p>A ausência da referida documentação impossibilitou de concluirmos nossas análises, bem como limitou o nosso escopo.</p>	<p>A ausência de documento suporte pode ocasionar em divergências no montante registrado pela Empresa e, consequentemente, distorções nas demonstrações contábeis.</p>	<p>A Empresa deve elaborar periodicamente as composições e conciliações das contas contábeis e suportá-las com documentação hábil e idônea, de forma que estas suportem as demonstrações contábeis.</p>

Diagnóstico das práticas contábeis

► Ausência de conciliação

Contas/assunto	Constatações	Impactos	Recomendações
Obrigações sociais	Divergências não conciliadas entre o resumo da folha de pagamento, o saldo contábil e liquidação subsequente, referente à posição em aberto em 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado abaixo:		
	<u>Salários a pagar</u>	R\$	
	Saldo contábil	415.524	
	Resumo da folha de pagamento	<u>467.481</u>	
	Divergência	(51.957)	
	<u>Salários a pagar</u>	R\$	
	Saldo contábil	415.524	
	Pagamento subsequente	<u>408.296</u>	
	Divergência	7.228	
		As divergências não conciliadas podem ocasionar registros de saldos incorretos na contabilidade.	Realizar a conciliação dos saldos de forma tempestiva a fim de evitar as divergências entre a origem da informação e o saldo contábil.